

(1-a.) ✓

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

## Em Torno de um Ensaio Sôbre a Moderna Idéia de Partido

"Le malheur d'une république c'est lorsqu'il n'y a plus de brigues, et cela arrive lorsqu'on a corrompu le peuple à prix d'argent" (Montesquieu, De l'Esprit des Lois, I. II, ch. 2)

No TOMO PRIMEIRO, consagrado à parte histórica, da publicação coletiva *Le Pouvoir* (por R. Mac Keon, C. J. Friedrich, R. Polin, S. Cotta, J. J. Chevallier e G. Langrod o primeiro tomo, e por G. Davy, J. Maritain, H. W. Schneider, H. B. Acton, T. Ruysen, G. Leibholz, A. J. Zurcher, E. Mac Whinney e A. Sauvy, o segundo, Institut International de Philosophie Politique, P. U. F., 1956 e 1957), aparece o ensaio de SÉRGIO COTTA, "Les partis et le pouvoir dans les théories politiques du debut du XVIIIe siècle".

São sem dúvida de alta valia, de modo geral, os ensaios contidos em ambos os volumes, mas êste nos chamou a atenção, já pelo tema, de extremo interesse e importância, já pelo modo de tratá-lo.

Não se perde Cotta na enorme literatura que já existe a respeito do século dezoito, nem se demora em explanações já batidas; ataca o seu assunto com deliberção e clareza de vista, arrancando textos reveladores e expondo coisas realmente dignas de reflexão. Dispensa, além

da literatura a que nos referimos, os numerosos trabalhos sôbre o problema dos partidos, de Ostrogorski e Michels a Duverger e Dipiero. Seu objetivo, não visado suficientemente por nenhum destes, é destacar o lugar e o papel da idéia de partido na evolução das teorias políticas contemporâneas (pág. 92). E vai aos textos.

O autor parte da relação de continuidade que apesar de tudo existe entre os séculos XVII e XVIII, destacando com bastante relêvo a tendência dos grandes escritores políticos do primeiro a rejeitar a idéia de partido. Estão no caso Hobbes, Locke (sic), Spinoza (pp. 94 a 97). Naquêlo século o preconceito teórico e o ressentimento prático determinaram o emprêgo do termo "facção" para designar os grupos partidários (tal como certas escolas filosóficas eram chamadas "seitas"), em evidente sentido pejorativo.

Observa (pág. 96) que esta atitude do século XVII se integra na tradição da doutrina político-social clássica, de fundo aristotélico-platônico, para a qual a idéia do *bem comum* sugeria o ideal de uma uniformidade ética do corpo político de molde a não deverem existir dissensões.

Para Cotta, e contra muita aparência ou muita opinião corrente, a tendência a desestimar a idéia de partido percorre todo o século XVIII. O unitarismo político de Jean-Jacques seria expressão genuína deste fato.

Na Inglaterra, desde Harrington (o famoso autor do "Oceana"), havia a condenação aos partidos. A idéia de "Commonwealth" não consentia brechas, nem lutas internas.

Entretanto, passa a expôr, surgem os conflitos. Mantém-se por muito tempo o preconceito ético-social, mas a realidade dos partidos vai-se impôr. Bolingbroke, por exemplo, adota a condenação *in abstracto* da idéia de partido, pespegando-lhe a denominação de "facção". Não podia porém aquele inglês metido nas grandes intrigas partidárias típicas das primeiras décadas do século dezoito, deixar de reconhecer a validade por assim dizer fática dos partidos como agentes políticos, como entidades históricas (pág. 104). Assim chegou Bolingbroke a reconhecer a diferença entre posições partidárias, e a oferecer sua preferência por um determinado tipo de partido.

Depois, David Hume, que também se acomoda por uma parte ao que parecia ser na época a necessidade de condenar moralmente as "facções". Há porém em Hume, e isso (págs. 112 e 113) está bem acentuado, uma nítida diferenciação entre reprovar os males contidos na noção de partido (virtualmente facção) e negar a existência dos partidos, fazendo tal diferenciação, segundo aprecia o autor do ensaio, como um ato de separar juízo de fato e juízo de valor. Aceitando os partidos como fato, o grande filósofo os classificava em reais e pessoais,

podendo os reais ser de várias espécies. O importante, todavia, é que Hume chegou a reconhecer (pág. 116) que em todo governo o equilíbrio se deve à existência de diferenças que atuam, e que a luta partidária dentro dos Estados corresponde à pugna entre princípios que não se podem jamais anular inteiramente um ao outro.

Finalmente Montesquieu, que segundo o autor do ensaio deu o passo mais decisivo, enxergando e afirmando um vínculo essencial entre liberdade e divergência política. Adverte Cotta que foi em Macchiavelli (o Macchiavelli dos Discorsi) que o autor das "Letras Persannes" hauriu sua idéia de que os contrastes e as divisões eram necessários à manutenção das energias sociais e das liberdades civis em uma república. No exemplo inglês também, certamente.

---

Trata-se sem dúvida de um bem logrado ensaio (e amplo, apesar de incompleto), apresentando uma revisão enormemente sugestiva, se bem que o conteúdo vá além do título, que falava apenas no "comêço" do século dezoito.

É realmente neste século que a herança racionalista e geometrizarante do século anterior passa a acompanhar o processo de transformação da sociedade no sentido da fundamentação do liberalismo político. A corrente de idéias diversifica-se caracteristicamente. Como dissemos uma vez (num trabalho sobre "Os relativismos do século XX e os movimentos comparatistas em Direito e em Economia"), a partir dos séculos XVII e XVIII é que a pluralidade crescente

de filosofias e pontos de vista passa a ser regra geral. Nisso se encaixa o sentido da idéia liberal da liberdade de pensamento (que iria dar no desejo romântico de cada homem ter individualmente a sua visão das coisas); nisso se engrena a tendência à coexistência de partidos. A grande idéia sôbre a qual germina tudo isso é porém a da tolerância, nascida inclusive após lutas religiosas, e a respeito da qual se pronunciaram, cada um por seu século, Locke e Voltaire. E à coexistência de opiniões, tornadas livres pelo laicismo antidogmático e pelo liberalismo antiabsolutista, corresponde na ordem interna o jôgo dos partidos, tal como na Internacional (se bem só no plano teórico, por muito tempo ao menos) a harmonia entre nações. Tôdas aquelas aceitações gradativas da idéia de partido levaram ao clímax do ideal demoliberal, que é o ideal do relativis-

mo social (no sentido já expôsto por Kelsen), em que nenhuma posição pode excluir as demais.

Certo que dentro da democracia liberal lavrava (entre muitas) a dificuldade de tolerar tudo, e que outras e justas reclamações viriam, acompanhadas da denúncia de que os partidos doutrinários do liberalismo eram no fundo iguais por serem órgãos de uma mesma classe social. Mudaram muito os aspectos dos partidos no mundo de hoje. Certo também, entretanto, que a superação da democracia liberal ameaça trazer, seja onde fôr, dogmatismos novos, podendo um dia ser difícil discutir-se se uma determinada organização de poder tem direito a ditar verdades. Êste é um problema especial. Terá o relativismo pluripartidário, então, sido um período curto na história? E como poderemos ser lúcidos depois?

